

190

152

43

4

Madeireiras estão sob investigação

PROCURADORIA DA REPÚBLICA APURA EXPLORAÇÃO DE MADEIRA DOS ÍNDIOS

CELIVALDO CARNEIRO

SANTARÉM - O Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República neste município, realizará no dia 24 deste mês uma audiência pública para esclarecimento e apuração sobre a extração ilegal de madeira, principalmente mogno e cedro, da reserva indígena Apitewera, habitada pelos índios Parakanã, no município de Altamira. As denúncias de extração ilegal de madeira foram feitas à Procuradoria através de um dossiê elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério Público e Polícia Civil, relatando as ações dos madeireiros na região e as tentativas de impedir a continuidade da exploração.

"Está ocorrendo aliciamento de jovens índios, com o fornecimento, pelos madeireiros, de bebidas alcoólicas, drogas (maconha) e até mesmo armas pesadas", revela o procurador federal Felício Pontes Júnior, encarregado do caso. Foram oficiados a comparecer à reunião representantes da Polícia Federal, Receita Federal, Ibama, Funai, Cimi e organizações não-governamentais.

Segundo o dossiê, assinado por Claudemir Monteiro, secretário do Cimi, a reserva indígena Apitewera, na margem direita do rio Xingu, é alvo constante de intensa exploração e invasões de madeireiros vindos principalmente de São Félix do Xingu e Tucumã. Desde 1992, ações vêm sendo efetuadas pelo Ibama, Funai e Polícia Federal no sentido de coibir a extração ilegal de madeira nesta reserva, mas não chegaram a impedir a continuidade das invasões madeireiras, que, segundo o dossiê, são facilitadas pela ausência de postos de vigilância estratégicos nos limites da reserva. As invasões se intensificaram a partir de outubro do ano passado e culminaram com a apreensão na aldeia, no dia 22 de fevereiro deste ano, de 70 toras

de mogno prontas para serem transportadas para as serrarias.

ALICIAMENTO - Nivaldo Gomes, chefe do posto indígena Apitewera, vem comunicando à Administração Regional da Funai em Altamira, desde setembro do ano passado, a presença constante de madeireiros na reserva indígena. Os madeireiros iniciaram o processo de cooptação e aliciamento dos jovens Parakanã, com idade entre 15 e 18 anos, das aldeias Apitewera e Xingu, presenteando-os com camisas, redes e comidas. Em seguida, repassaram armas de fogo, para que fossem usadas na intimidação dos agentes da Funai na área.

Depois de várias viagens à cidade de São Félix, sempre custeadas pelos madeireiros, os jovens Parakanã firmaram os primeiros acordos para a retirada de árvores de mogno das regiões próximas às aldeias. O antropólogo Carlos Fausto, que trabalha com os índios Parakanã, denunciou pessoalmente à presidência do Ibama a exploração ilegal. A Funai em Brasília também foi comunicada, mas nenhuma providência foi tomada. No dia 10 de janeiro deste ano, os madeireiros custearam e enviaram para Altamira três índios Parakanã, de nome Kukurua, Tewirera e Tamakuaré Parakanã, com o objetivo de avaliar junto à Administração Regional da Funai a operação ilegal de extração de madeira. Os índios foram comunicados da ilegalidade da operação, assim como foram instruídos para que retirassem os madeireiros de suas terras. Os madeireiros estão fazendo este mesmo tipo de exploração ilegal também na reserva Areweté, às margens do igarapé Ipixuna.

Somente no dia 20 de fevereiro deste ano foi que o Ibama autorizou a elaboração de um plano para acabar com a extração ilegal de madeira na reserva Apitewera, exatamente 76 dias após a denúncia feita pelo antropólogo à presidência do Ibama. Nesta altura dos acontecimentos, os madeireiros estavam usando as duas aldeias co-

mo base de apoio. Eles chegaram a substituir os rádios de comunicação de uma das aldeias e mantinham escuta diária na frequência de comunicação da Funai. Com isso, intensificaram a extração de mogno, utilizando mão-de-obra indígena no transporte da madeira até às margens do rio, de onde era levada a São Félix do Xingu.

A ação conjunta do Ibama, Funai, Cimi, Ministério Público e Polícia Civil programada foi então antecipada, depois do recebimento de um radiograma da aldeia informando sobre a prisão de dez madeireiros e a apreensão de máquinas na reserva indígena Apitewera, para que pudesse ser registrado o flagrante delito. Assim que o grupo desembarcou na aldeia, em 22 de fevereiro, foi recebido sob forte pressão por um grupo de seis jovens Parakanã armados, que, desobedecendo às lideranças da tribo, já haviam liberado os madeireiros duas horas antes.

Depois de uma reunião, os índios Parakanã confirmaram que estavam entre os madeireiros liberados Evandro Moreira Peres, Crezu Fadu Magalhães e um de prenome Leonardo, que negociavam a madeira com a empresa Madeireira Ouro Verde, de propriedade de Wagner Luiz Bernardes de Freitas, em São Félix do Xingu. Eles revelaram ainda que pelo menos seis vezes uma balsa com capacidade para 100 toras de mogno transportou madeira entre a aldeia e a cidade.

O grupo de entidades solicitou, entre outras providências, a prisão preventiva dos acusados da exploração; a anulação da autorização de funcionamento da Ouro Verde pelo Ibama; a agilização no processo de leilão da madeira apreendida, com a aplicação dos recursos em projetos de apoio à comunidade indígena; o levantamento do impacto ambiental causado na reserva Apitewera; o início de estudos para o aproveitamento racional dos recursos naturais existentes na reserva e assistência contínua à saúde dos índios Parakanã da reserva Apitewera.

VIDE - VERSO

								43	4	
--	--	--	--	--	--	--	--	----	---	--



Procurador federal Felício Pontes Júnior: aliciamento comprovado

EXPLORAÇÃO ILEGAL SE ARRASTA HÁ DÉCADAS

Os índios Parakanã são denominados genericamente, pelos funcionários da Funai, de Apytewera. Na verdade, porém, segundo o professor Antônio Carlos Magalhães, estudioso da causa indígena, tal denominação revela-se incompleta e errônea, visto que Apytewera, e não Apytewera, corresponde à designação pela qual os Parakanã nomeiam a um dos quatro grupos de descendência que compõem a sua sociedade - Tapiipya, Mokotiwena, Wirapi, os quais permeiam grande parte de suas relações sociais, como, por exemplo, os casamentos, a amizade formal, a organização dos roçados, a divisão espacial das referências.

Os Parakanã foram contatados em períodos diferentes e mantêm-se separados especialmente em dois grupos locais, com uma distância aproximada de 50 metros um do outro. Não possuem a liderança centralizada em uma única

pessoa e o domínio político está reservado aos homens mais velhos, denominados "moroiorowa", os quais lideram os grupos residenciais, os domésticos e os de descendência.

Por viverem em uma região baixamente povoada, a reserva dos índios Parakanã é alvo da exploração madeireira há décadas. As primeiras ações de madeireiros na reserva Apytewera foram feitas mediante a atuação de uma empresa conhecida tão somente por sua sigla, Impa, que faliu após um ano de trabalho. Ela explorava, à época, dois pontos de extração de madeira, sendo um deles onde hoje se encontra o aldeamento. Foi ainda registrada na região uma tentativa de exploração de mogno, pela empresa Multimar. Outra empresa, a Extratex, sediada em São Félix do Xingu, se ocupava da extração de folhas de um arbusto conhecido popularmente por "João Brandi". (C. C.)